

ATA DA 46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, em ambiente web, por meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros: **representantes da sociedade civil**: Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Erli Camargo (Fundação Instituto Nereu Ramos – FINER); Jairton Fabeni (Federação Catarinense de Entidade de e para cegos – FECEC); Anne Teive Auras (Associação dos Defensores Públicos de Santa Catarina – ADEPESC); Gelson Nezi (Cáritas Brasileira), João Coutinho (ADEPESC) e **representantes governamentais**: Fabiana de Souza (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SDS), Juliana Coelho de Campos (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP), Maria Benedita da Silva Prim (Secretaria de Estado da Educação – SED); e **como convidadas**: senhora Yara Hornke como membro da Comissão Permanente de Monitoramento de Violações em Direitos Humanos, Professora Juliana Viggiano (Instituto Memória e Direitos Humanos – UFSC) e Fernanda Zimmerman Foster (SED). E, Manuela Ribeiro (Secretária do CEDH/SC). A **plenária é aberta (1)** pela presidenta Cynthia Maria Pinto da Luz (CDH- Joinville) manifestando gratidão a todos os conselheiros e conselheiras que demonstraram durante a gestão, incondicional compromisso com as Políticas Públicas de Direitos Humanos e, salientou a importância disso diante do momento atual de pandemia, onde os dados estatísticos mostram que àquela não está arrefecendo. A presidenta diz ser papel do CEDH registrar a indignação, inconformidade e discordância das Políticas Públicas que o governo de Santa Catarina adota para fazer frente a pandemia. Na sequência Cynthia dá as boas-vindas a todos/as e solicitou a Secretária que se fizesse a **leitura da pauta (2)**. À pauta foi acrescido **informe da Comissão Eleitoral** e invertido a ordem com a **Discussão acerca da pandemia**. A pauta foi então aprovada por unanimidade. Nesse momento foi iniciado o **ponto (4) da pauta – Discussão acerca da pandemia**. Cynthia (CDH – Joinville) abriu para debate. Erli (FINER) questionou o CEDH se seria feito algum tipo de manifesto adicional ao que já havia sido feito em momento anterior ou apenas o debate interno. Cynthia (CDH- Joinville) mencionou o momento “inusitado” com o *impeachment* do governador Moisés e a ascensão da senhora Daniela ao governo do estado. A presidenta disse existir um alinhamento daquela a Política negacionista do governo Bolsonaro e, lembrou a fala da governadora no tocante a Política nazista. Por fim, Cynthia (CDH- Joinville) comentou acerca das vacinas que, recentemente chegaram ao estado e, relatou que a governadora estava “segurando” àquelas para pensar o que iria fazer. Cynthia (CDH-Joinville) denominou tal atitude como criminosa uma vez que vai *“solapar o tratamento que o sistema único de saúde (SUS) está destinando aos catarinenses.”* A presidente pediu sugestão a conselheira Erli (FINER) que propôs um diálogo com a Secretária de Estado da Saúde, Carmen Zanotto. Complementou seu relato dizendo a Secretária, anteriormente mencionada, foi uma das primeiras pessoas a ajudar a criar o Conselho dos Direitos da Mulher no município de Lages e como Procuradora da Secretaria da Mulher, em Lages, foi muito atuante e sempre esteve à disposição ao diálogo com os movimentos sociais e conselhos. Cynthia (CDH – Joinville) destacou não ser o CEDH-SC responsável pelos resultados das Políticas de Direitos Humanos, mas pela sua atuação através de registros, denúncias e por meio de cobrança de resultados específicos. A presidenta relatou não se sentir com autoridade para convidar a Secretária de Estado da Saúde, devido ao mandato extrapolado, mas que essa “tarefa” ficasse a cargo da próxima gestão. Erli (FINER) complementou a fala da Cynthia (CDH-Joinville) ressaltando que se trata apenas de um diálogo e que poderiam ser entregues todos os documentos acumulados do

55 CEDH em relação ao tema. Erli (FINER) lembrou ter sido deliberado em reunião
56 anterior a esta, que, até a posse da nova gestão, os membros atuais ainda teriam
57 autoridade. Por fim, sugeriu que a conselheira Fabiana (SDS) fizesse o convite,
58 uma vez que houvesse dúvidas quanto a autoridade do CEDH. Antes de passar a
59 palavra para a conselheira Fabiana (SDS), Cynthia (CDH- Joinville) disse que não
60 se sentia na autoridade de abrir um diálogo sobre o qual não terá gerenciamento
61 no futuro (desdobramentos). Fabiana (SDS) falou que seria possível protocolar via
62 Sistema de Gerenciamento de Processos Eletrônicos – SGPe, pedido de audiência
63 com a Secretária de Saúde e que não necessariamente precisaria partir essa
64 atitude do(a) presidente do Conselho, mas de pessoas que estivessem disponíveis
65 ao diálogo e a partir do agendamento de uma data, uma Comissão do CEDH
66 participaria da audiência. Na sequência a conselheira Maria Benedita (SED)
67 mencionou não conhecer pessoalmente a Secretária Carmen Zanotto porém os
68 comentários a seu respeito são bastante interessantes e, devido a isto causou certa
69 “estranheza” por parte da conselheira a assunção daquela ao cargo na atual
70 gestão. Maria Benedita (SED) indagou ao CEDH se esse dossiê realmente seria
71 lido e se havia a necessidade do Conselho dizer à Secretária de Saúde que o seu
72 compromisso é com a vida. A conselheira finalizou seu relato dizendo que a questão
73 não seria o Secretário (a) mas quem tem o poder para decidir e dizer ao Secretário
74 o que deve (ou não) ser feito. Fabiana (SDS) propôs que fosse encaminhada uma
75 carta aberta aos municípios (Federação Catarinense de Municípios - FECAM) para
76 buscar uma proximidade com os gestores municipais. Dona Yara (Comissão
77 Permanente de Monitoramento de Violações em Direitos Humanos) ressaltou a
78 necessidade de urgência na distribuição das vacinas em virtude do surgimento das
79 novas “cepas” do vírus gerando certa angústia na população de modo geral. O
80 conselheiro dr. João Coutinho (ADEPESC) disse entender a posição da Cynthia
81 porém afirmou ser importante dar início a essa tentativa de diálogo. Fabiana (SDS)
82 lembrou que contando com todo o trâmite do processo eleitoral até a publicação
83 em Diário Oficial (DOE/SC) dos novos conselheiros/as poderia se verificar a
84 possibilidade de uma outra plenária do CEDH e possivelmente tempo para avançar
85 em relação a esta deliberação. Erli (FINER) fez nova sugestão de dialogar com a
86 Secretária de Saúde juntamente com a FECAM. Neste momento o conselheiro
87 Gelson (Cáritas) comentou acerca de debate recente envolvendo várias
88 organizações vinculadas a defesa humanitária que estão pressionando para que
89 seja consolidada a quebra de patentes da vacina e desta forma todos os países
90 possam produzir sua própria vacina. Cynthia (CDH-Joinville) questionou ao
91 conselheiro se a Organização Mundial de Saúde (OMS) teria previsão legal para a
92 quebra de patentes. Gelson (Cáritas) respondeu que existe uma cláusula do OMS
93 que prevê quais os casos que cabem a quebra e, a pandemia seria uma dessas,
94 porém este fato não está sendo divulgado por causa dos grandes fabricantes.
95 Cynthia (CDH-Joinville) pediu para que o conselheiro socializasse material no grupo
96 do CEDH. A presidente indagou a gerente de políticas para mulheres e direitos
97 humanos, Fabiana (SDS) acerca da exoneração da diretora de direitos humanos,
98 Karina. E perguntou também sobre o Secretário. Fabiana (SDS) respondeu que a
99 Karina havia sido exonerada, havia assumido um novo diretor que ficou por
100 aproximadamente uma semana e o cargo estava vago, aguardando nova direção.
101 Quanto ao Secretário, Claudinei Marques (SDS) a gerente respondeu que era
102 aberto ao diálogo. Cynthia (CDH-Joinville) disse que o comentário sobre o assunto
103 era apenas no sentido de deixar registrado a indignação do CEDH em relação a
104 saída da Karina. Fabiana (SDS) também lamentou a saída da Karina, que possui
105 toda uma expertise em relação ao assunto, sem contar com sua forma de conduzir
106 a diretoria. Erli (FINER) fez comentário sobre a saída da Karina, que tem perfil de
107 conhecimento amplo do que seja os Direitos Humanos, que é muito difícil da pessoa
108 conseguir, de acordo com a conselheira uma vez que demanda estudo, percepção,
109 convívio com as diferentes frentes que atuam no setor, dentre outros.

110 **Encaminhamento: Fazer a juntada de documentos (dossiê) produzidos pelo**
111 **conselho (pandemia) e agendar reunião com a Secretária de Saúde Carmem**
112 **Zanotto juntamente com a Federação Catarinense de Municípios (FECAM)**
113 **para diálogo com representantes do CEDH.** Dando continuidade a presidenta
114 passou a palavra para que a Secretária fizesse os **informes da Comissão**
115 **Eleitoral (5).** A secretária fez a leitura das organizações já inscritas: Conselho
116 Regional de Psicologia da 12ª Região (CRP-12), Central Única dos Trabalhadores
117 (CUT), Associação dos Deficientes Visuais de Itajaí e Região (ADVIR), Cáritas
118 Brasileira, Fórum de Mulheres do Mercosul (FMM) e Ordem dos Advogados do
119 Brasil de Santa Catarina (OAB-SC). E comunicou que entraram em contato as
120 instituições: Movimento Nacional da População de Rua, Acontece Arte e Política
121 LGBTI+ e o Instituto Memória e Direitos Humanos da UFSC. O conselheiro Fabeni
122 (FECEC) informou que a Federação Catarinense de Entidades de e para cegos
123 (FECEC) estaria encaminhando em breve sua inscrição. Cynthia (CDH-Joinville)
124 comentou que foi feita reunião com as entidades alinhadas ao Movimento Nacional
125 de Direitos Humanos de Santa Catarina (MNDH-SC) para fazer nominata para o
126 Fórum das OSCs do CEDH que seja a mais ampla e diversificada possível para a
127 próxima gestão. A conselheira Erli (FINER) complementou a lista citando o Instituto
128 Catarinense de Juventude (ICJ), o Instituto Gentes de Direitos (IGENTES) e a
129 Pastoral Carcerária que se manifestaram no sentido de estarem providenciando
130 documentação. Finalizou, argumentando que a Ordem dos Advogados do Brasil de
131 Santa Catarina (OAB-SC) talvez tenha sua inscrição indeferida devido ao artigo 6º
132 da lei do Conselho. Cynthia (CDH-Joinville) fez 3 (três) questionamentos acerca
133 das inscrições. O primeiro deles seria quanto a *inscrição de uma entidade ou*
134 *movimento social se alicerçar num CNPJ nacional*, o segundo seria quanto ao caso
135 do Instituto Memória e Direitos Humanos da UFSC de se utilizar do CNPJ da
136 Universidade e o terceiro e último seria quanto à inscrição (ou não) da Associação
137 dos Defensores Públicos de Santa Catarina (ADEPESC). Quanto ao primeiro
138 questionamento a conselheira Erli (FINER) comentou que a lei não discrimina.
139 Quanto ao terceiro questionamento a conselheira Anne (ADEPESC) informou que
140 havia enviado o Edital nº01/2021 do CEDH ao atual presidente da ADEPESC que
141 ficou de avaliar. Finalizando, o segundo questionamento, a Secretária do Conselho
142 informou que havia encaminhado para a professora Juliana o parecer da
143 Consultoria Jurídica da SDS acerca da possibilidade de utilizar o CNPJ da
144 Universidade. A conselheira Fabiana (SDS) disse que o Instituto de Estudos de
145 Gênero (IEG) ao que lhe parecia também se utilizava do CNPJ da Universidade.
146 Cynthia (CDH-Joinville) questionou a conselheira Juliana (SAP) sobre a saída da
147 Secretário Leandro Lima. A conselheira respondeu que tudo permanecerá como
148 está e deu a notícia de que cerca de 50 (cinquenta) presos foram vacinados.
149 Cynthia (CDH-Joinville) fez um breve **informe acerca desse projeto de**
150 **Monitoramento (6)** que está sendo assumido junto ao Movimento Nacional de
151 Direitos Humanos (MNDH-SC), que se trata de uma Rede de Monitoramento
152 composta por entidades nacionais e internacionais de defesa de Direitos Humanos.
153 A presidente comentou que será monitorado a morte de 12 jovens no Morro do
154 Mocotó em Florianópolis durante a pandemia. Cynthia (CDH-Joinville) disse ser
155 responsável juntamente a senhora Yara (Comissão Permanente de Monitoramento
156 de Violações em Direitos Humanos) pelo projeto e nesta última reunião que foi feita
157 para montar Comitê Estadual para acompanhar esse monitoramento da execução
158 desses jovens pela polícia. Continuou seu relato dizendo que a reunião foi bastante
159 proveitosa e que o apoio tanto da Defensoria Pública do Estado quanto do
160 Ministério Público Estadual são muito importantes na medida em que irá facilitar o
161 acesso ao processo, a apuração e também a tarefa de dar uma resposta a
162 sociedade catarinense acerca dessa situação. Cynthia (CDH-Joinville) relatou que
163 os dados comprovam que as mortes nas periferias cresceram de forma exorbitante
164 a as vítimas são negros/as, jovens pobres que são vistos pela polícia como

165 criminosos, via de regra. A presidente comunicou que sairá uma nota sobre a
166 formação do Comitê e, também dando conta do aspecto nacional desse
167 monitoramento. Finalizou seu informe dizendo que a maioria dos estados,
168 principalmente Norte e Nordeste adotaram a questão do sistema prisional como
169 foco de maior violência durante a pandemia e, que essas questões que estão sendo
170 denunciadas serão reunidas em relatório em nível de Brasil e que irá para os
171 organismos internacionais de defesa de Direitos Humanos. Dando continuidade foi
172 introduzido o **ponto (7) Informes sobre entrega de conteúdo dos participantes**
173 **das lives**. A secretária repassou os nomes dos participantes que encaminharam
174 seus materiais das lives: Sérgio de Jaraguá do Sul (Meso de Joinville), Anne e dona
175 Yara (Meso Grande Florianópolis), Ivan (Meso de Criciúma), Geneci Andreoli
176 (Chapecó), Maristela e Ana (Meso de Blumenau). Cynthia (CDH-Joinville)
177 comentou que ficarão 2 (duas) pendências pra a próxima gestão que são: a
178 construção do 1º Plano Estadual de Direitos Humanos e a implantação do
179 Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. De acordo com Cynthia
180 (CDH-Joinville) e Erli (FINER) uma luta de aproximadamente 20 anos, assim como
181 a criação deste Conselho. A aprovação das Atas da Reunião Extraordinária do dia
182 22 de fevereiro de 2021 e 45ª Plenária Ordinária, não puderam ser aprovadas por
183 falta de quórum, segundo a conselheira Erli (FINER), questionada pela Secretária
184 do Conselho, se não seria por 1/3 (um terço) de seus membros. As Atas ficaram
185 pendentes por falta de quórum justificada pela Erli (FINER) por não haver maioria
186 simples. Seguindo para o último ponto de **pauta (8) assuntos gerais**, Erli (FINER)
187 fez informe acerca da Rede Brasileira de educação em Direitos Humanos criada
188 em 1997 era bastante atuante, depois permaneceu de forma menos atuante e,
189 recentemente começou a rearticular e saíram alguns encaminhamentos, sendo um
190 deles que cada estado tenha a sua rede articulando. A conselheira disse que
191 assumiu esse compromisso juntamente com a Ana (CDH – Brusque) organizando
192 para que Santa Catarina tenha sua própria rede. Erli (FINER) disse que irá
193 socializar/convite formulário de adesão individual e outro a organização,
194 movimento, instituição. A presidenta agradeceu a participação de todos e deu por
195 encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente
196 ata, e juntamente a Cynthia, presidenta do CEDH/SC assinamos.